

Então, da forma que aconteceram os fatos, da forma como eles foram imputados... E tinha ali até agente da Abin, tinha arapongas ali. Então a gente quer apurar, nós precisamos apurar porque essa arapongagem estava lá no dia dos fatos, por que não houve a transparência, a visibilidade desse processo investigativo.

Tem várias matérias, Sr. Presidente, nos jornais, falando do tiroteio, da investigação, das provas que foram adulteradas. Vossa Excelência sabe, V. Exa. foi comandante da Rota, V. Exa. sabe que, quando há um crime, o Código de Processo Penal diz tem que ser preservado o local, as provas têm que ser preservadas. Não se pode adulterar o local de crime, Sr. Presidente, não pode.

Tem aqui já matérias dizendo que a Polícia Militar admite alteração da cena após tiros em atos de Tarcísio. Isso está publicado na grande mídia. “O agente que teve seu nome revelado justificou a ação dizendo que populares e transeuntes poderiam subtrair os objetos...”.

Como subtrair os objetos? A polícia tem que preservar para ninguém se aproximar. O lugar tem que ser isolado para que a perícia, ao chegar ali, faça o seu papel, o seu trabalho. “...

Tais como cartuchos, estojos, carregadores e pistolas, col-dres, celulares, relógios que estavam espalhados na cena. Especialistas desconfiam da versão de como aconteceu, da argumentação de como se deu, de que forma justificar a razão pela qual a cena foi adulterada.”

Então todos esses fatos, toda essa somatória de fatos, como se deu, de que forma se deu a morte dessa pessoa, um pai de família, três filhos, o pai chorando, a família clamando, dois garotos e uma menina, tudo isso nós temos que apurar. Nós temos que apurar como se deu, como se deu.

“Há um atentado à campanha de governador do candidato Tarcísio”. Essa foi a primeira versão, e aí eles foram trocando as versões e foram desmontando as versões. Então ainda não está claro, não está claro. Por mais que o arquivamento tenha se dado de forma abrupta, nós podemos, sim, formar a CPI aqui, deputado Giannazi, e apurar os fatos e chamar as pessoas.

A polícia de São Paulo é uma das mais competentes, pode-se dizer, da América Latina e, se bobear, do mundo. É uma polícia muito competente, em que pese com poucos recursos, abandonada, sucateada, vilipendiada, desmontada, porque há muitos anos os governos de plantão que vêm passando aí vêm trabalhando para desmontar a polícia.

Então a Polícia Judiciária hoje é uma polícia desmontada, sucateada. Ainda bem que eu fui eleito. Outro dia um dos diretores da polícia falou assim: “Ah, agora você tem que representar os seus colegas investigadores”. Eu falei: “Não, eu tenho que representar a sociedade de São Paulo como um todo”. Vou representá-los, claro, mas vou representar a sociedade como um todo e vou falar em nome dela.

Ainda bem que nós temos voz aqui para falar do loteamen-to da polícia, das delegacias que estão entregues por indicação de deputados. A polícia tem que ser técnica, profissional.

Não tem que deputado ir lá indicar diretor de departamen-to, delegado titular de delegacia. Isso está errado e o governa-dor, como ele é do Rio de Janeiro, não conhece a estrutura aqui, se curvou à forma como estão montando as estruturas policías.

A polícia tem que ser profissional, técnica; ela não tem que ter indicação política, ela é uma polícia de Estado. Nós vamos falar aqui este ano, o ano que vem e os quatro anos, deputado Giannazi, vamos denunciar, vamos mostrar, demonstrar o caos que está a Polícia Judiciária e as outras forças de Segurança também.

Então, são importantes as assinaturas. É importante que a gente protocole esse pedido de CPI e é importante que a gente apure a verdade real, que a gente traga aqui as pessoas que estavam lá nas proximidades, que nós possamos ouvir a família, ouvir os policiais que estavam lá no dia, ouvir o araponga da Abin que estava lá.

Vamos ouvir todo mundo, vamos reconstituir, fazer a reconstituição de como se deu para realmente a gente ter a verdade dos fatos.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Com a palavra o nobre deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de dez minutos, para falar no Grande Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, há alguns dias atrás, o govenador Tarcísio de Freitas disse que estava com saudeade de bater o martelo das privatizações, porque ele foi ministro do Bolsonaro, ministro da Infraestrutura, e privatizou portos, aeroportos, rodovias por todo o Brasil.

Ele disse que estava com saudeade e, recentemente, ele foi bater o martelo da privatização do leilão do Rodoanel no tre-

cho norte, aqui em São Paulo. Eu quero até mostrar essa cena, porque foi tão bizarra e tão patética, mas tem uma simbologia.

Ele sinaliza ali para os grupos econômicos do estado de São Paulo, se comportando como um cão de guarda desse capital privado, dizendo a eles: “Olhem, eu vou privatizar. Eu vou entregar tudo a vocês, todo o patrimônio público será entregue a vocês”. Mas eu quero, primeiro, colocar esta cena aqui, bizarra e patética.

- É exibido o vídeo.

Colocar de novo, mais uma vez, porque ela foi muito rápida essa cena. Olhem.

- É exibido o vídeo.

Então, olhem, ele se comporta realmente como um capa-taz, um cão de guarda. É um sinal para os grandes grupos econômicos do estado de São Paulo, porque, se nós tínhamos o PSDB cumprindo esse papel, praticamente durante quase 30 anos, no estado de São Paulo e nós cumhamos aqui a frase “privataria tucana”, agora, nós temos a “privataria bolsotucana”, porque é um bolsionarista que se uniu.

Também o bolsonarismo é privatista e o bolsonarismo está se unindo ao que existe de pior do “tucanistão”, que é também a “privataria”. É por isso que nós temos aqui a “privataria bolsotucana”.

Ele está privatizando, fazendo o leilão do Rodoanel trecho norte, que tem problemas na Justiça. Esse leilão, essa PPP esta-va embargada até ontem. Tem um problema sério na Justiça em relação a esse tema, a esse Rodoanel, tanto é que a Usvivias, que tinha entrado com uma ação, estava denunciando que o pedágio que será cobrado vai ser caríssimo.

No projeto original, me parece que era de R\$ 3,80; agora, nesse leilão, foi para R\$ 6,50 no Rodoanel. Aqui, está lá no contrato.

Mas a cena, em si, diz muito. Ela tem um caráter simbólico, mostrando que haverá a continuação, e agora acelerada, das privatizações, do desmonte do estado de São Paulo. Ele já anunciou um pacote de PPPs, de privatizações em várias áreas.

Na área rodoviária, dizendo que vai praticamente entregar 1.800 quilômetros de estradas para as grandes empreiteiras, as empreiteiras que controlam as concessionárias de pedágio do estado de São Paulo.

Na prática, vai significar o quê? Mais pedágios em todo o estado de São Paulo. Se o ex-governador Doria implantou mais de 1.200 quilômetros de pedágios durante sua gestão, naquele trecho que vai de Piracicaba até Panorama, o Tarcísio de Freitas vai superar o Doria.

São agora 1.800 quilômetros de pedágios no estado de São Paulo, que já tem a famosa farra dos pedágios, que a gente há anos vem denunciando aqui na Assembleia Legislativa. Já acionamos o MP e o Tribunal de Contas contra essa farra dos pedágios, mas ela continua, vai ter continuidade nessa gestão do Tarcísio de Freitas.

Ele anunciou também a terceirização e a privatização das zeladorias de 500 escolas da rede estadual de ensino, já querendo abrir a porta para a entrega das nossas escolas para as organizações sociais de caráter privado, como já fez o atual secretário de Educação - sócio, acionista e fundador da Mul-tilaser - lá no Paraná, onde, enquanto secretário da Educação, ele entregou 26 ou 27 escolas para essas organizações sociais.

Então o Tarcísio de Freitas já fez esse anúncio em relação às nossas escolas estaduais, fazendo já um plano piloto para entrar, abrindo a porta da terceirização da rede estadual de ensino. E também fez anúncios para várias outras áreas, Sr. Presidente.

É grave essa situação, sobretudo a tentativa, o anúncio de privatização da Sabesp, da Emae, ele está anunciando também a intensificação das privatizações dos parques, das florestas, dando continuidade ao que já vinha acontecendo aqui no estado de São Paulo, lembrando que nós temos uma luta impor-tante e um compromisso com a recriação, por exemplo, dos institutos de pesquisa que foram extintos pelo governo Doria.

O Instituto Florestal foi extinto, o Instituto Geológico, o Instituto de Botânica, a própria Suen, que foi extinta, através do PL 529, do ex-governador Doria. Nós temos que recompor essas importantes instituições, ou seja, em plena emergência climática que estamos vivendo, o Doria teve coragem de extinguir esses três institutos dessa área, um absurdo! E, em plena pandemia, ele extinguiu a Suen, que é a Superintendência de Controle das Endemias do Estado de São Paulo.

Então esta Legislatura tem que fazer essa reparação histó-rica, trazendo de volta a Suen, até porque a Dengue voltou com tudo, a Malária voltou, a Zica está voltando, todas essas endemias estão voltando no estado de São Paulo, porque não há uma estrutura de combate e de controle, sobretudo no interior de São Paulo, para os pequenos municípios.

Então nós temos aí essa tarefa importante. Nós também temos que rever, e não podemos aceitar, o orçamento que foi aprovado no final do ano passado, deputado Reis, que canaliza 80 bilhões de reais para os grandes grupos econômicos do esta-do de São Paulo. Os grandes frigoríficos, empresas de telefonia, empresas aéreas serão beneficiadas com dinheiro público do nosso Orçamento.

Isso nós vamos questionar e lutar para que haja trans-parência na política de desoneração fiscal do ICMS, que é o principal imposto estadual, que financia a Educação Pública, Saúde Pública, Segurança, que financia as nossas três universi-dades, o Centro Paula Souza, que financia a pesquisa no estado de São Paulo.

O estado de São Paulo vai canalizar 80 bilhões de reais em isenções fiscais, isso é um absurdo total. Nós queremos que o governo cumpra a data-base salarial dos servidores, que já venceu dia primeiro de março, queremos que o governo pague o piso nacional salarial para o Magistério, com repercussão em toda a carreira, não através de abono complementar, com extensão desse reajuste para os aposentados e pensionistas, como determina a lei, a Lei do Piso e a Lei da Data-base Salarial também.

Sobretudo, Sr. Presidente, temos um compromisso com a devolução dos valores roubados e confiscados pelo governo passado, dos aposentados e pensionistas. Se nós conseguimos derrotar o confisco depois de dois anos - nós acabamos com o confisco em São Paulo, no estado, das aposentadorias e pen-sões -, nós temos agora uma dívida, que é obrigar o governo a devolver o que foi confiscado.

Ele tem que ter um cronograma de devolução desses valores confiscados dos aposentados e pensionistas que foram vítimas de um dos maiores estelionatos e golpes de todos os tempos do governo do PSDB, do governo Doria/Rodrigo Garcia. Então, esses desafios estão dados para a nova legislatura da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso o que eu queria colocar hoje.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Não havendo mais nenhum orador inscrito, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regi-mental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Obrigado, Srs. Deputados.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 56 minutos.

20 DE MARÇO DE 20233ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e PROFESSORA BEBEL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Agradece por sua eleição para compor a atual Mesa Diretora como 1º vice-presidente.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Cumprimenta o deputado Simão Pedro em seu retorno como parlamentar desta Casa.

4 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - EDUARDO SUPLYIC

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - PROFESSORA BEBEL

Assume a Presidência.

11 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência.

12 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - PROFESSORA BEBEL

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Depu-tados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. É um prazer, uma alegria estarmos começando praticamente agora a nossa 20ª Legislatura, e é uma grande alegria poder estar aqui, na Vice-Presidência desta Casa, uma honraria que os Srs. me concederam.

Nesse momento inicial do nosso trabalho, no Pequeno Expediente, chamo as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para fazer o uso regimental da palavra por cinco minutos na tribuna. O primeiro deputado inscrito para o Pequeno Expediente é o nobre deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionárias e funcionários da Assembleia Legislativa, eu venho aqui fazer um anúncio de que hoje pela manhã o nosso presidente da Repú-blica, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, retomou o programa Mais Saúde para o Brasil.

Na verdade, é uma reedição do antigo programa Mais Médicos, que hoje o Lula anunciou, até pela falta de médicos. Quando a gente roda pelo estado de São Paulo, a gente percebe que uma das maiores reclamações que tem nos municípios, quando se fala da questão da saúde, é em relação à demora do atendimento, à demora para marcar as consultas de médicos especializados, e o objetivo desse programa é levar a assistên-cia médica ao SUS.

A pretensão - 96 milhões de pessoas, nobre deputada, nobre deputados - é de levar uma assistência a 96 milhões de brasilei-ros. Se a gente fizer uma retrospectiva... Nós levantamos aqui um dado de que há dez anos, em 2013, no programa Mais Médicos, nós tínhamos 18.240 participantes; e ele beneficiou, nobre depu-tada Bebel, 63 milhões de pessoas em 4058 municípios.

Só que esse projeto de expansão do Mais Médicos ou do atendimento no nosso país foi interrompido pela gestão Temer, pela gestão Bolsonaro, que acabaram com esse processo de expansão do atendimento.

Nós percebemos que hoje, com essa nova proposta, a pos-sibilidade ou a pretensão do governo federal é de chegar a 70 milhões de pessoas beneficiadas no próximo período. Então, essa proposta que está sendo apresentada hoje, pelo presidente Lula, foi relançada, junto com a atual ministra da Saúde, Nisia Trindade.

É importante que esse programa, que ora apresentado, também prevê uma ação para investimento e reforma das unidades de Saúde no nosso Estado. É importante, também, que esses novos médicos que serão contratados pelo novo programa, serão contratados por um período de quatro anos. É importante ter um período de, pelo menos, quatro anos nessa estruturação para que os médicos possam se organizar.

Sabemos que hoje têm muitas cidades, muitos municípios, muitas regiões, inclusive na cidade de São Paulo, que, muitas vezes, o médico não tem pretensão, não tem interesse de estar indo para essas regiões em virtude dos salários.

Mas com essa proposta hora hoje apresentada, isso vai facilitar, beneficiar o atendimento da população do nosso país, e vai demonstrando que nós temos formas diferentes de atender a população no nosso país e no nosso Estado. O nosso programa Mais Médicos, quando foi estruturado a partir de 2013, era um programa que foi, inclusive, em 2016, reconhecido pela ONU... E é um programa que deveria ser desenvolvido em vários outros países, que era uma recomendação da ONU.

Nós tivemos dois presidentes, tanto o Temer como o Bolso-naro, que destruíram um programa exitoso. Agora, parabenizar, novamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra Nisia Trindade, que demonstra, mais uma vez, a sua capacidade de olhar para o povo brasileiro. Onde tem necessidade, onde tem demanda, o nosso presidente tem esse olhar.

Não é só isso, nobre deputado Simão Pedro. Além da questão do programa Mais Saúde que está sendo apresentado hoje... Mais saúde para o Brasil, que retoma as diretrizes do Mais Médicos, também foi retomado o projeto Minha Casa, Minha Vida - um projeto foi importante em todo o País.

Foi um projeto que, durante o período de 2003 até 2016, milhares de pessoas que recebem um salário, um salário míni-mo e meio, até três salários, não têm condições de pagar um aluguel e, também, pagar um financiamento habitacional, tive-ram direito a sua habitação nesse período.

E, agora no mês de fevereiro, o governo Lula já entregou 2.745 casas em todo o País, já retomou obras de 5.632 unida-des e a previsão, até 2026, é entregar 2 milhões de casas em todo o País.

Demonstrando, mais uma vez, a preocupação do nosso presidente Lula, dos ministros hoje, que têm essa preocupação com a população que mais precisa do apoio do estado, seja na saúde, seja na educação, seja na melhoria dos recursos da merenda escolar, seja pensando programas que, de fato, inclu-am a população do nosso País.

Então, é esse o nosso recado, Sr. Presidente, mostrando que, tanto na área da Saúde, como na Habitação, o governo Lula já retomou os investimentos pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Luiz Claudio Marcolino. O próximo depu-tado inscrito é o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Simão Pedro, seja bem-vindo de volta a esta Casa e a esta tribuna, nobre deputado, é uma alegria revê-lo.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente desta sessão, deputado Gilmaci, meus colegas deputados, senador Suplicy, eu me inscrevi hoje, Sr. Presidente, para, também como fez o deputado Marcolino, saudar o lançamento do programa Mais Médicos para o Brasil.

Esse programa revolucionou a atenção básica de saúde, não só nas periferias das grandes cidades, como a minha zona leste, os bairros de Guaianases, Itaim, São Miguel, Cidade Tiradentes, que os postos de saúde, os hospitais, puderam ter mais médicos para atender à população, mas também nas cida-des dos rincões do País. Cidades que nunca um médico tinha chegado até lá... Pôde atender gente que nunca tinha visto um médico na vida, né?

Tá certo. Naquele primeiro momento, nós não tínhamos tantas ofertas de cursos, então, o governo brasileiro, acertada-mente, trouxe os médicos estrangeiros, os cubanos, para suprir aquela defasagem.

Mas, eu tenho relatos impressionante de cidades do inter-ior, em que a população, praticamente, amava os médicos cubanos pela atenção, pelo carinho, pela forma como eles tratavam o povo.

Foi uma coisa muito bacana que, infelizmente, foi inter-rompida. Mas, felizmente, agora o programa está voltando. Ele volta, dando-se prioridade para os médicos brasileiros que se formaram aqui, porque nos governos Lula e Dilma se expandiu muito a oferta de cursos de medicina. A gente sabe que onde o médico se forma - há pesquisas, deputado, que mostram isso - onde eles se formam, é uma tendência eles ficarem ali, pelo menos 50 por cento.

Então a oferta de cursos cresceu muito no Brasil; hoje nós temos como suprir com os médicos daqui. E se não tiver ainda vagas sobranτες, o programa vai atender com os médicos brasileiros que estudaram fora, fazendo o Revalida. E se mesmo assim ainda tiver vagas, chama-se os médicos estrangeiros. Então o programa é muito importante para a gente ajudar o povo a recuperar a sua saúde.

Fiquei muito emocionado ao ver esta semana uma imagem de 16 médicos se dirigindo à Roraima, onde vão passar a aten-der os indígenas Yanomamis. Houve um choque quando vimos aquelas imagens de desnutrição, de abandono, de doenças, malária, e aquela população, os nossos irmãos, sem condições de atendimento.

Então Roraima, os Yanomamis, passam a ter hoje 16 médi-cos atendendo ali. É pouco, mas é o primeiro passo. E hoje também, deputado Suplicy, que volta aqui à Casa e certamente vai trazer a pauta aqui da Renda Básica da Cidadania, o gover-no federal também inicia o pagamento do Bolsa Família que se reiniciou: os 600 reais por família mais 160 reais por criança com condicionantes.

Então, é um programa diferente daquele Auxílio Brasil que se pagava, indiscriminadamente, 600 reais sem qualquer con-dicionante, independente se a família fosse maior ou menor, mas desta vez com regras mais claras e condicionantes para que a família faça com que as crianças frequentem a escola.

Então o boletim de frequência escolar é muito importante nisso, a carteirinha de vacinação. A gente sabe que para uma criança ter uma vida melhor no futuro é importante ter saúde e é importante frequentar uma escola.

E assim o Bolsa Família cumpre um papel estratégico, fundamental, estruturante para ajudar a nossa população, principalmente a mais pobre, a recuperar o poder de compra, garantias, necessidades básicas e ter uma perspectiva de futuro melhor para as famílias. Então parabéns, presidente Lula. Para-béns aos ministros envolvidos. Que bom que isso está aconte-cendo no Brasil novamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Simão Pedro. Agora o próximo orador é o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Nobre deputado Major Mecca, tem V. Exa. o tempo regimental de até cinco minutos para fazer uso da tribuna.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Alesp e pela rede social. Segurança Pública: há quatro anos que eu venho brigando e lutando aqui na tribuna da Assembleia Legislativa pelo resgate da dignidade e da honra dos homens e mulheres que defendem o estado de São Paulo.

Foram reuniões no Palácio dos Bandeirantes, foram atos cívicos nas ruas, no Palácio, na Secretaria de Segurança Pública, e até que conseguimos no ano passado um misero reajuste que mal deu para recompor a inflação dos últimos três anos.

Mas nós continuamos com esse papel aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. E eu quero pedir aos meus irmãos policiais militares, policiais civis, policiais técnico-científicos, policiais penais, que se mantenham firmes, respirando, um segurando nas mãos do outro.

Porque é dessa maneira hoje, presidente, que se encontram os policiais no estado de São Paulo: um dando sustentação ao outro pelo abandono e descaço que passaram nos últimos quatro anos. Eu trabalhei, repito aqui, e confio no governador Tarcísio de Freitas, no secretário de Segurança Pública, o capitão Derrite.

Será, será, sim, pessoal, anunciado. Não há data ainda pro-gramada para isso, mas será por meio do governador Tarcísio de Freitas o anúncio da nossa recomposição salarial, para que nós, policiais, também possamos sair da miséria que vivemos, da situação difícil que atravessam os nossos familiares, filhos, esposas e pais.

Os meus irmãos portadores de deficiência física, os poli-ciais deficientes físicos do estado de São Paulo, apesar de obstáculos e problemas, irmãos, nós continuaremos na nossa demanda, porque o que nós levamos ao governo, um reajus-te de 25% aos policiais que tornaram-se deficientes físicos decorrente da atividade que eles exercem, o que eu peço não é inédito no nosso País.

Em Minas Gerais, Professora Bebel, um funcionário públi-co, um policial que reforma deficiente físico, resultado da sua atividade, ele recebe mais um soldo, ou seja, ele passa para a reserva ganhando o dobro.

Na Bahia, 25%, no Rio de Janeiro, 25%, como nós pedimos aqui em São Paulo. Isso se faz justo, porque quando nós fa-zemos a contabilidade e a despesa que tem um policial militar deficiente físico, eu tenho aqui os dados em mãos: só de gasto com fralda, seringa, remédio, esse gasto passa de oito mil reais, senhoras e senhores deputados.

Nós vamos, sim, meus irmãos, resgatar a nossa dignidade de homens e mulheres, seres humanos, que arriscam a sua própria vida para defender a vida do próximo. E digo aqui porque eu vivi isso. Eu salvei vida, inclusive, de criminoso, deputado Suplicy, salvei vida de bandido que estava sendo julgado pelo tribunal do crime, e com a intervenção policial a vida dele foi salva.

Então, irmãos, a nossa dignidade, a nossa honra de estar acima de tudo, pois esse é o nosso compromisso: continuare-mos aqui nesta tribuna, e todos os dias estou em contato com o governador e com o secretário de Segurança Pública cobrando